

### CONTRATO Nº 007/2018 - SMTT

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, SMTT DE PROPRIÁ, E, DO OUTRO, A EMPRESA EDINALDO GOMES VER. GAS - ME DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2018.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO DE PROPRIÁ - SMTT, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço a Rua Ministro João Alves, nº 1869, Praça de Eventos, PROPRIÁ - SE - CEP 49.900-000, CNPJ nº 18.255.486/0001-74, doravante denominado CONTRATANTE, representado pelo Superintendente, o Sr. LUIZ CLÁUDIO FERREIRA SANTOS, portador do R.G. nº 1368871, CPF nº 901.354.075-91, residente e domiciliado à Av. Pedro Abreu de Lima nº 430, na cidade de PROPRIÁ/SE, e a empresa EDINALDO GOMES VER. GAS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.437.055/0001-05, com sede à Rua Dr. Jessé Trindade, Nº 549, Sala, Centro, Propriá/SE, CEP: 49900-000, neste ato representada pelo Srº. EDINALDO GOMES, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 401526 SSP/SE, CPF nº 138.141.685-34, doravante denominada contratada, tendo em vista o que consta no processo de Dispensa nº 03/2018 que se regerá pelas normas da Lei 8.666/93 e, também, pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Este contrato objetiva o **FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL** para atender a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO DE PROPRIÁ - SMTT.

### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento dos produtos de que trata o objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais).



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
02	Água Mineral, natural, acondicionado em garrafão de policarbonato com capacidade para 20L (com devolução do garrafão vazio). Com certificados de autorização dos órgãos competentes e validade para 12 (doze) meses.	UND	130	Imperial	R\$ 7,50	R\$ 975,00
					TOTAL	R\$ 975,00

O pagamento referente ao Anexo I - termo de referencia - será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada e mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR). Redação incluída na lei 8.666/93 a partir de 04/01/2012 conforme lei 12.440/2011, e Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o pagamento pelo fornecimento dos serviços constantes da cláusula anterior far-se-á mediante apresentação da Nota Fiscal e/ou Nota Fiscal/Fatura e a relação das pessoas beneficiadas.

Havendo atraso, será procedido a título de inadimplência o pagamento de juros na razão de 1% (um por cento) ao mês.

Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o respectivo bem ser fornecido à Secretaria Contratante sem ônus adicionais.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

S A



# CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa prevista na cláusula terceira correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias, constantes do orçamento para o exercício financeiro de 2018:

U.O: 2026 – Secretaria Municipal de Trânsito E Transporte Público – SMTT 2059 – Manutenção da Secretaria Municipal de Trânsito E Transporte Público – SMTT

3390.30.00.00 - Outros Serviços de Terceiros

FR: 1001

# CLÁUSULA QUINTA- DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Contrato será rescindido:

- a) ordinariamente, por sua completa execução;
- b) excepcionalmente, por qualquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato poderá ser denunciado por acordo entre as Partes, mediante notificação expressa e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes penalidades:

- I Advertência:
- II Multa na forma prevista no parágrafo primeiro;
- III Suspensão por até 02 (dois) anos do direito de licitar e contratar com a Administração;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.





PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) do valor da adjudicação e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor da respectiva Nota de Empenho, o que não impedirá, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções a que se refere esta Cláusula, podendo a multa ser descontada dos pagamentos devidos pela Administração, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a PMP, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Na forma do que dispõe o artigo 67 da lei nº 8666/93 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este documento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, em atendimento a Resolução nº 296 de 11 de agosto de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do contrato com as normas específicas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

### CLÁUSULA OITAVA - FORO

Para qualquer ação decorrente deste contrato, fica eleito o foro de PROPRIÁ/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

PROPRIÁ (SE), 26 de abril de 2018.

LUL CLAUDIO FERREIRA SANTOS SUPERINTENDENTE DA SMTT

CONTRATANTE

DINALOO GOMES VER. GAS - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF Janarda Lazaro